

FOPROSA

**RELATÓRIO DO DEBATE PROVINCIAL SOBRE OS 10 TEMAS DE
AUSCULTAÇÃO NO ÂMBITO DO DIÁLOGO NACIONAL INCLUSIVO**

PROVÍNCIA DE SOFALA





1 de Novembro de 2025, Cidade da Beira

PRODUZIDO POR:

FOPROSA – Fórum Provincial das ONG's de Sofala

1. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO

1.1. Contexto

O presente relatório apresenta as principais análises e recomendações da Sociedade Civil da Província de Sofala, resultantes do Encontro Provincial de Auscultação no âmbito de Diálogo Nacional Inclusivo.

Durante o debate provincial, os participantes, representando diversas organizações da sociedade civil, académicos, activistas, jovens, mulheres e líderes comunitários, analisaram de forma participativa a situação actual da província e do país, identificando desafios estruturais, conquistas limitadas e conflitos recorrentes que comprometem a consolidação da paz e da democracia.

1.2. Objetivos do Debate Provincial

O debate provincial, realizado na Beira, teve como objetivos:

- a. Informar e auscultar a diversidade de actores da sociedade civil de Sofala sobre os 10 temas do Diálogo Nacional Inclusivo.
- b. Sistematizar as preocupações e propostas específicas da província.
- c. Produzir um documento de posicionamento consolidado e validado pela plenária para submissão à Comissão Técnica do Diálogo Nacional Inclusivo.

1.3. Participantes

O debate contou com a participação de 25 representantes de diversas organizações, incluindo ONGs, associações juvenis, grupos de mulheres, líderes religiosos e comunitários, académicos, sector privado local e activistas de direitos humanos, representando a província de Sofala.

2. METODOLOGIA DO DEBATE

2.1. Termos de Referência

Os Termos de Referência (TdR) do debate foram partilhados, discutidos e validados na abertura do evento, servindo como guia para os procedimentos e resultados esperados.

2.2. Estrutura do Evento

Após a sessão de abertura e apresentação dos TdR, os participantes foram organizados em 2 grupos de trabalho. Cada grupo discutiu 5 temas de auscultação, utilizando uma matriz de trabalho estruturada para focar em desafios locais e propostas de implementação. Os resultados de cada grupo foram subsequentemente apresentados em plenária para apreciação, debate e validação colectiva.

2.3. Ferramentas Utilizadas

A Matriz de Trabalho em Grupo e a Matriz Provincial Final foram as ferramentas centrais para a sistematização das ideias, garantindo a padronização e a clareza do posicionamento da província.

3. ANÁLISE GERAL DA PROVÍNCIA

A Província de Sofala, tal como o país em geral, enfrenta um contexto político, económico e social marcado pela polarização, desigualdade e fragilidade institucional. A ausência de consenso entre os principais actores políticos, o incumprimento dos acordos de paz e do processo DDR, e a falta de confiança nas instituições públicas continuam a alimentar tensões e sentimentos de exclusão social e política.

Apesar de avanços importantes na participação do cidadão e no aumento no número de mulheres e jovens em órgãos de tomada de decisão, a representação e actuação dos órgãos da justiça continua frágil e com uma influência na implementação das políticas públicas e no processo democrático.

A nível económico, observa-se grande disparidade na distribuição da renda nacional e orçamental, desigualdade salarial entre nacionais e estrangeiros, altos níveis de desemprego, burocracia excessiva para a legalização de empresas e custos elevados de bens essenciais. Esses factores ampliam a pobreza e reduzem a coesão social.

O sector da justiça enfrenta sérios desafios relacionados à falta de autonomia, impunidade, tráfico de influência e nepotismo, que comprometem o Estado de Direito e a confiança dos cidadãos nas instituições judiciais.

No campo dos direitos humanos e inclusão, persistem barreiras à plena participação de pessoas com deficiência, tanto em espaços públicos quanto em oportunidades de emprego, o que reflete a necessidade de políticas e mecanismos de responsabilização mais efectivas.

A gestão dos recursos naturais também é motivo de preocupação. A falta de transparência na concessão de licenças e contratos, a não valorização do conteúdo local e a distribuição desigual dos benefícios agravam a percepção de injustiça e exclusão das comunidades locais.

Por outro lado, as manifestações pós-eleitorais em Sofala e em outras províncias, frequentemente acompanhadas de violência, detenções e mortes, revelam a fragilidade do sistema eleitoral, caracterizado pela partidarização dos órgãos de gestão eleitoral, morosidade nos processos administrativos e cortes de energia durante a contagem de votos, o que mina a credibilidade do processo democrático.

Finalmente, a polarização política e a desigualdade regional, com o Sul do país concentrando maior investimento e infraestrutura, continuam a dividir os moçambicanos, reforçando o sentimento de exclusão nas províncias centrais e do Norte, como Sofala.

4. POSICIONAMENTO / RECOMENDAÇÕES DA SC DE SOFALA

Com base na análise participativa da situação política, económica e social da província, a Sociedade Civil de Sofala elaborou um conjunto de recomendações que refletem as principais preocupações e propostas locais para o Diálogo Nacional Inclusivo. Estas recomendações visam influenciar políticas públicas, fortalecer a governação democrática, promover a justiça social e reforçar a coesão nacional. Representam o posicionamento coletivo das organizações da sociedade civil, jovens, mulheres e outros actores sociais na busca por um Moçambique mais inclusivo, transparente e pacífico.

Tabela de Distribuição das Recomendações por Tema

Tema	Descrição das Recomendações
Assuntos Constitucionais	<ul style="list-style-type: none"> ● Cumprir e efectivar o Artigo 252 da Constituição da República e o Artigo 23 da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, assegurando a aplicação plena dos acordos de paz. ● Rever a Constituição para permitir a eleição dos juízes conselheiros e fortalecer os mecanismos de combate à impunidade, tráfico de influência e nepotismo.
Assuntos Eleitorais	<ul style="list-style-type: none"> ● Garantir órgãos eleitorais independentes, imparciais e despartidarizados. ● Rever a lei eleitoral para assegurar transparência e equidade. ● Implementar voto electrónico e melhorar a cobertura da imprensa durante o processo eleitoral. ● Assegurar celeridade na emissão de credenciais e inclusão efectiva da sociedade civil nos processos eleitorais. ● Rever a lei eleitoral para reduzir o prazo de validação dos resultados para 5 dias.
Assuntos Fiscais	<ul style="list-style-type: none"> ● Garantir que as receitas locais beneficiem diretamente as comunidades. ● Promover investimentos equilibrados em infraestruturas (estradas, energia e comunicações). ● Estimular os corredores económicos regionais, como o da Beira, para impulsionar o desenvolvimento local e a integração económica.
Assuntos Económicos	<ul style="list-style-type: none"> ● Rever a legislação laboral para eliminar a desigualdade salarial entre nacionais e estrangeiros. ● Promover o cumprimento das políticas públicas de emprego e responsabilização social das grandes empresas. ● Reduzir taxas e burocracias para abertura e funcionamento de empresas. ● Estimular a mecanização agrícola e o acesso equitativo a crédito. Garantir progressões de carreira e novas contratações na função pública. ● Baixar o custo dos produtos de primeira necessidade, equilibrando preços e salários.
Administração Pública e Despartidarização	<ul style="list-style-type: none"> ● Reforçar a separação de poderes e garantir a independência do sistema judicial.
Recursos Naturais	<ul style="list-style-type: none"> ● Publicar contratos e relatórios das concessões mineiras e energéticas. ● Incluir as comunidades locais nos processos de concessão e exploração de recursos. ● Promover equidade salarial e valorização do conteúdo local nas grandes indústrias e projetos.

Defesa e Segurança	<ul style="list-style-type: none"> ● Garantir a implementação transparente e urgente da componente de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração (DDR), assegurando a reintegração socioeconómica real dos ex-combatentes.
Justiça	<ul style="list-style-type: none"> ● Reforçar a separação de poderes e a independência do sistema judicial. ● Rever a Constituição e fortalecer os mecanismos de combate à impunidade e ao nepotismo. ● Implementar um código de conduta efectivo para magistrados e funcionários públicos.
Reconciliação e Unidade Nacional	<ul style="list-style-type: none"> ● Cumprir os instrumentos nacionais e regionais de direitos humanos e paz. ● Estabelecer mecanismos de diálogo político permanente entre o Governo, partidos, sociedade civil, juventude e igrejas. ● Promover educação cívica e cultura de tolerância, prevenindo o discurso de ódio e a violência política.
Centralização e Desconcentração	<ul style="list-style-type: none"> ● Implementar uma descentralização efectiva, com orçamentos provinciais justos e transparentes. ● Garantir que as receitas locais beneficiem diretamente as comunidades. ● Promover investimentos equilibrados em infraestruturas e desenvolvimento regional.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Sociedade Civil da Província de Sofala reafirma, através deste relatório, o seu compromisso com a paz, a reconciliação e o fortalecimento da democracia em Moçambique. As contribuições apresentadas refletem a voz plural das comunidades locais e o desejo colectivo de construir um país mais justo, participativo e coeso.

Os desafios identificados, desde a falta de consenso político e o incumprimento dos acordos de paz, até às desigualdades sociais, económicas e regionais, demonstram que a consolidação da paz exige vontade política, inclusão efectiva e diálogo permanente entre todos os moçambicanos.

A sociedade civil defende que apenas através de instituições fortes, transparência na governação, respeito pelos direitos humanos e participação do cidadão será possível alcançar uma paz duradoura e um desenvolvimento sustentável.

Por fim, a sociedade civil de Sofala apela que as recomendações aqui apresentadas sejam consideradas como contributos concretos para o Diálogo Nacional Inclusivo, e sirvam de base para reformas estruturais que garantam igualdade de oportunidades, justiça social e bem-estar para todos os cidadãos moçambicanos.



